

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: COMPREENSÃO SOBRE DISLEXIA E A REALIDADE EM ESCOLAS DE FORTALEZA

(TEACHER TRAINING: UNDERSTANDING DYSLEXIA AND REALITY IN FORTALEZA SCHOOLS)

Aline da Silva Rodrigues Cabrera¹
Andriely Lima da Silva²
Antônio Renê Amorim Moreira³
Lys Ferreira Epifânio⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a compreensão sobre dislexia por parte dos formandos do curso de Pedagogia de uma universidade particular. Escolheu-se trabalhar com a pesquisa exploratória em conjunto com a pesquisa explicativa com a finalidade de uma maior aproximação da realidade vivenciada. Ainda quanto à metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica a fim de aproximar-se da temática estudada, baseando-se em autores renomados da literatura. Ao longo da pesquisa, constatou-se a existência de lacunas na formação dos discentes de Pedagogia frente ao aumento da demanda no ensino regular de alunos com transtorno de aprendizagem, em específico a dislexia. Conclui-se, dentre outras coisas, que, a fim de enriquecer a formação do pedagogo, é primordial o fomento de espaços de debates, palestras e oficinas referentes aos transtornos de aprendizagem que forneçam subsídios para uma prática pedagógica mais efetiva. Foi observada também a necessidade de proporcionar vivências através de um estágio supervisionado em células do AEE ou em locais que tenham essa especialidade.

Palavras-chave: Formação de professores. Alfabetização. Letramento. Dislexia.

ABSTRACT

This article aims to investigate the understanding of dyslexia by graduates of the Pedagogy course at a private university. It was chosen to work with exploratory research together with explanatory research with the purpose of getting closer to the reality experienced. Still regarding the methodology, we opted for the bibliographic research in order to approach the studied theme, based on renowned authors in the literature. Throughout the research, it was found that there are gaps in the education of Pedagogy students in view of the increase in demand in regular education for students with learning disorders, specifically dyslexia. It is concluded, among other things, that, in order to enrich the education of the pedagogue, it is essential to promote spaces for debates, lectures and workshops related to learning disorders that provide subsidies for a more effective pedagogical practice. It was also observed the need to provide experiences through a supervised internship in AEE cells or in places that have this specialty.

Keywords: Teacher training. Literacy. literacy. Dyslexia.

¹ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia - UniAteneu. E-mail: prof.alinerodrigues1326@gmail.com

² Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia - UniAteneu. E-mail: andrielylimma@gmail.com

³ Graduado do Curso de Licenciatura em Pedagogia - UniAteneu. E-mail: antonioamorim1210@gmail.com

⁴ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia - UniAteneu. E-mail: lysferreira@hotmail.com.br

INTRODUÇÃO

A formação em Pedagogia habilita o profissional para atuar inicialmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Sabe-se que é de praxe nessa etapa um árduo movimento em torno da alfabetização na idade certa.

Entretanto, verifica-se que, ao longo da formação desse profissional, só há uma disciplina ligada ao processo de alfabetização e letramento e, por isso, parece não ser capaz de suprir todas as necessidades reais de conhecimento dos futuros professores a respeito de tal processo. Além disso, cada vez mais crianças com transtornos ou/e dificuldades de aprendizagem estão sendo inseridas no espaço escolar, conseqüentemente necessita-se lidar com os transtornos de aprendizagem, especialmente a dislexia, posto que esta afeta diretamente a aquisição de linguagem. A partir destes elementos iniciais, uma questão se coloca: os formandos em Pedagogia têm conhecimento de um transtorno específico de aprendizagem (dislexia)?

Compreendendo a importância que é o processo de alfabetização para o indivíduo e o quanto o sucesso nessa etapa reflete-se nas etapas posteriores do ensino, temos como objetivo investigar a compreensão dos formandos em Pedagogia sobre dislexia no contexto escolar, a fim de promover uma reflexão acerca dos conhecimentos julgados pertinentes à formação dos pedagogos. Para atingi-lo, delineamos os seguintes objetivos específicos: verificar o nível de conhecimento dos formandos em Pedagogia sobre transtornos de aprendizagem, especialmente sobre dislexia; analisar como, na graduação de Pedagogia, foi abordada a temática: transtornos de aprendizagem; compreender como a gestão pedagógica de escolas municipais gerencia transtornos de aprendizagem.

A alfabetização é um processo que visa à aquisição proficiente da língua materna (oral/escrita), que vai além do desenvolvimento da técnica de leitura e escrita, envolve múltiplas facetas, exige que o professor alfabetizador entenda bem o processo e tenha conhecimento das abordagens metodológicas, a fim de potencializar e efetivar o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, no que tange à educação, coloca-se como dever não só do Estado, mas da família e comunidade escolar o fornecimento de mecanismos que assegurem e promovam o desenvolvimento do indivíduo nos seus mais variados aspectos e possibilidades.

Busca-se, com esse trabalho, resultados que possam proporcionar avanços no que se refere à educação em sala de aula. Nossa intenção é poder contribuir, melhorar e ampliar as informações sobre a temática, trazendo assim subsídios para que futuros alunos acadêmicos

possam basear-se e encontrar as informações que procuram, e compartilhar os nossos conhecimentos adquiridos ao longo de nossas pesquisas. Procura-se, também e principalmente, dar evidência para essa lacuna existente na formação de professores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, discutiremos os principais termos e conceitos operacionais de nossa pesquisa: dislexia, alfabetização e letramento, e formação de professores.

2.1 Dislexia

Os transtornos do neurodesenvolvimento são transtornos mentais que obrigatoriamente iniciam-se na infância. Em outras palavras, um dos pré-requisitos para que seja considerado um transtorno do neurodesenvolvimento é que os sintomas sejam manifestados na infância. Caracteriza-se por um desencadeamento de *déficits* que trazem prejuízos para o desenvolvimento do sujeito em suas mais variadas dimensões, sejam elas social, cognitiva, comportamental e acadêmica.

A *American Psychiatric Association* (2014), em seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), reúne os principais transtornos do neurodesenvolvimento, dentre eles: Transtorno de desenvolvimento intelectual; Transtorno de Comunicação; Transtorno do Espectro Autista; Transtorno do déficit de atenção/Hiperatividade (TDAH); Transtornos Motores e Transtorno Específico de aprendizagem. Com o objetivo de oferecer maior clareza para o diagnóstico, o DSM-5 destaca, ainda, que o transtorno específico de aprendizagem se agrupa em duas subcategorias. O primeiro é a discalculia, descrito como “[...] um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades caracterizado por problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes.” (DSM-5, 2014, p. 108), e a dislexia que será abordada de forma detalhada adiante.

Antes de trabalhar o conceito dislexia, é imperativo que se estabeleça a diferenciação entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem. Psicoterapeuta e mestre em distúrbios do desenvolvimento, Mavichian (2020) afirma que:

[...] transtorno específico de aprendizagem (TEAp) é um problema do neurodesenvolvimento que acaba influenciando a capacidade do cérebro de perceber ou processar as informações. Tem origem biológica e, por isso mesmo, é persistente. Estimativas indicam que 10 milhões de brasileiros tenham a condição. Já a dificuldade de aprendizagem é uma condição passageira que ocorre quando influências externas atrapalham esse processo. Pode ser causada por questões emocionais, problemas familiares, alimentação inadequada, ambiente desfavorável e a atual situação de incerteza mundial com a pandemia. (MAVICHIAN, 2020).

Perceba-se que as dificuldades de aprendizagem são algo externo ao indivíduo e temporário, sendo possível extingui-la contornando as situações externas que a desencadeiam. Em contrapartida, os transtornos de aprendizagem são intrínsecos ao ser humano, sendo indispensável à elaboração de estratégia com intuito de proporcionar um desenvolvimento com o menor prejuízo possível. Em outras palavras, não se cura o transtorno, mas aprende a conviver com ele.

A dislexia, então, é um transtorno genético e hereditário da linguagem, que é considerada um transtorno específico de aprendizagem neurobiológica, essas dificuldades resultam de um déficit no componente fonológico. Na literatura, o termo dislexia é utilizado para definir uma insuficiência específica de aprendizagem. São prejudicadas as habilidades de reconhecimento, ortografia e decodificação de palavras. Sua etiologia é neurobiológica, portanto não deve ser relacionada com aspectos externos ao indivíduo. De acordo com a IDA (2002),

A dislexia é uma deficiência de aprendizagem específica que tem origem neurobiológica. Caracteriza-se por dificuldades com reconhecimento preciso e/ou fluente de palavras e por baixas habilidades de ortografia e decodificação. Essas dificuldades geralmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem que muitas vezes é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas e ao fornecimento de instrução eficaz em sala de aula. As consequências secundárias podem incluir problemas na compreensão da leitura e redução da experiência de leitura que podem impedir o crescimento do vocabulário e do conhecimento de fundo. (IDA, 2002).

Dessa maneira, tal problema não pode ser justificado por determinantes ambientais, em outros termos, ser disléxico é algo inerente ao sujeito.

Em termos gerais, a dislexia pode se manifestar no indivíduo, ao longo da vida, independentemente de adequada oportunidade de aprendizagem, e da sua intrínseca integridade sensorial (input), mental (integração/elaboração), motora (output) e comportamental. (FONSECA, 2009, p. 340).

De acordo com Fonseca, alguns sinais podem ser observados desde cedo, entretanto a possibilidade de detecção da dislexia fica mais evidente no ensino fundamental, durante o qual a aprendizagem da leitura é mais presente e direcionada. Nessa etapa, os reconhecimentos dos fonemas, letras, comunicação e escrita, são visivelmente difíceis para o aluno disléxico.

Muitos sinais preditores podem ser identificados já na pré-escola, mas a dislexia inicia-se com a aprendizagem da leitura, onde se começa a detectar problemas de conscientização dos sons (fonemas), de reconhecimento de letras (optemas), de expressão verbal (articulemas), de cópia (grafemas), etc. (FONSECA, 2009, p. 340).

Em 1965, iniciou-se uma aliança universal chamada de CCLD (Coordinated Campaign for Learning Disabilities), que foi uma junção de especialistas no campo da aprendizagem. Conduzindo estudos e experiências vivenciadas com a dislexia e vários outros campos pertencentes à aquisição do conhecimento, com auxílio de um todo, tornando os diagnósticos ainda mais preciso, eles elaboravam testes para a identificação minuciosa de cada “desordem neurobiológica na qual o cérebro do indivíduo trabalha ou estrutura-se de uma forma diferenciada” (SOUSA, 2011, p.25).

A dislexia, conforme já se disse, é uma alteração neurobiológica, é uma condição na qual o ser humano já nasce com ela. Situação essa que leva o sujeito a ter dificuldade de decodificar as letras, é como se as letras fossem símbolos e desenhos. Esse transtorno pode afetar de 5 a 17% da população no mundo, e há possibilidade de causar muita desordem na vida do indivíduo. A esse respeito, Critchley (1985) esclarece que se trata de um

[...] transtorno de aprendizagem da leitura que ocorre apesar de inteligência normal, de ausência de problemas sensoriais ou neurológicos, de instrução escolar adequada, de oportunidades socioculturais suficientes, além disso, depende da existência de perturbação de aptidões cognitivas fundamentais, frequentemente de origem constitucional (CRITCHLEY, 1985 *apud* CAPELLINI; NAVAS, 2009, p.17).

A criança ou o adulto com transtorno da dislexia não apresenta falta de inteligência ou capacidade, o que acontece é que o cérebro dos alunos disléxicos processa as informações de maneira diferente. Esses alunos podem se dar muito bem em outros campos em que não tenham que lidar com a escrita e leitura, geralmente são muito bons em Artes, Física, Matemática dentre outros. “[...] as dislexias afetam de forma plurilateral a aquisição da linguagem, resultando na incapacidade por parte do indivíduo, de se apropriar, do conjunto de palavras utilizando dentro da linguagem.” (SENA; THAYS, 2020, p. 21).

O transtorno específico de aprendizagem de leitura e escrita (dislexia), geralmente é percebido durante o processo de alfabetização e letramento, quando o pedagogo identifica o obstáculo e o bloqueio do discente no contato com as letras. A criança disléxica tem seu próprio ritmo em seu aprendizado, e a dislexia traz em si complexidades, podendo ser identificada de variadas formas. Dentre essas várias características, podemos identificar através da expressão oral, leitura e escrita e entre outras competências. Muitas vezes a criança pode ser um pouco mais difícil de identificar pelo fato de ser retraída, tímida, pois, muitas se deixam dominar pela vergonha, por achar que não sabe de algo.

Correia (2008) assim nos fala sobre essas dificuldades e definições referidas:

As dificuldades de aprendizagem específicas dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação – a recebe, a entrega, a retém e a exprime-, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. As dificuldades de aprendizagem específicas podem, assim, manifestar-se nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, perceptivos, motores, de linguagem, de pensamento e/ou metacognitivos. Estas dificuldades, que não resultam de privações sensoriais, deficiência mental, problemas motores, défice de atenção, perturbações emocionais ou sociais, embora exista a possibilidade de estes ocorrerem em concomitância com elas, podem ainda, alterar o modo como o indivíduo interage com o meio envolvente. (CORREIA, 2008, p.46).

Vale ressaltar acima de tudo a importância do incentivo (mesmo que não se obtenham resultados significativos), pois cada um tem o seu tempo. Quando ocorrer o erro, a professora deverá corrigir de uma forma compreensiva, explícita e explicativa para que não se cometa o mesmo erro por mais vezes. Deve-se evitar chamar atenção, alterar um pouco a voz para impor um aprendizado porque a criança vai se sentir pressionada por não conseguir fazer aquilo que foi proposto, pois a sua dificuldade o impede. Isso agrava ainda mais a situação, pode até causar alguns danos psicológicos, afetam a autoestima da criança e, com isso, repercute em problemas drásticos no futuro.

2.2 Alfabetização e letramento

Por muitos anos, a alfabetização foi entendida como uma simples ligação de fonemas, ou seja, como a obtenção de um modelo com fundamentos na estrutura da relação entre fonemas e grafemas. Em uma sociedade em que a maioria da população era formada por pessoas analfabetas, com práticas reduzidas de leitura e escrita, apenas a simples percepção fonológica

que permitia aos sujeitos associar sons e letras para poder interpretar palavras, ou frases curtas, parecia ser o suficiente para diferenciar o analfabeto do alfabetizado.

[...] alfabetizar letrando, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades específicas de comunicação como escrever para alguém que não está presente (bilhetes, correspondências escolares), contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz etc. Assim a escrita passa a ter função social. (CARVALHO, 2011, p.69).

A alfabetização e o letramento são processos que estão interligados e são indissociáveis, dissociá-los se torna um equívoco, pois os dois formam um processo simultâneo pelo sistema convencional de leitura e escrita, os dois são um conjunto de habilidades e de comportamentos que fazem a composição no processo de aprendizagem. Para Magda Soares (1985), não se encontra uma escapatória quando se trata da complexidade de alfabetização. A autora afirma que

[...] essa multiplicidade de perspectivas e essa pluralidade de enfoques não trarão a colaboração realmente efetiva enquanto não se articularem em uma teoria coerente da alfabetização que concilie resultados apenas aparentemente incompatíveis, que articule análises provenientes de diferentes áreas de conhecimentos. (SOARES, 1985, p.20).

Compreendendo a alfabetização como um processo, que tem como objetivo a aquisição da linguagem, sendo escrita e oral, faz-se necessário pensarmos esse processo em contexto de letramento, sendo um processo durante o qual se busca apropriar-se daquilo que seja significativo para o aprendiz, que faça sentido e que seja real para o aluno. Segundo Magda Soares (2003), “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”. Isso traz para um entendimento bem mais profundo, pois os alfabetizadores devem ficar atentos às especificidades do seu alunado, assim como ao conteúdo que está sendo abordado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta a necessidade de alfabetizar e letrar simultaneamente para que assim o leitor não só decodifique o que está escrito, e sim consiga entender e interpretar o que de fato os textos trazem (dando um sentido e significado de mundo). Oferecer recursos de vivências para o aluno (desenhos animados, músicas, enciclopédias, poesia, cartas, jornais, receitas, bula de remédio, textos de redes sociais, dentre outros) servirá para facilitar a aquisição da linguagem para se compreender o caráter significativo na leitura. A respeito desse importante período, a BNCC assim se expressa:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p.59).

Com o passar dos anos, alguns estudiosos começaram a pesquisar sobre o desenvolvimento do ser humano, e foi constatado que a criança já vem com uma *bagagem* de conhecimentos e que o ato de decorar não seria tão eficaz. Conforme Piaget, o conhecimento humano está atrelado na interação com o meio, o indivíduo é em parte o encarregado pelo seu próprio desenvolvimento. Mas,

Infelizmente, observamos que a escrita e as leituras realizadas em escolas em diversos outros espaços educacionais estão permeadas por práticas meramente técnicas de codificação e decodificação, que não fazem sentido nem ao aluno, nem ao professor. (LIMA; FEDATO, 2020, p.83).

O pedagogo será de grande valia para que o aluno tenha acesso à vivência com a escrita, possibilitando ao mesmo múltiplas alternativas e perspectivas na utilização da leitura e escrita na interação com o meio social. Como diria Clarice Lispector, “Escrevo porque à medida que escrevo vou me entendendo e entendendo o que quero dizer, e entendo o que posso fazer. Escrevo porque sinto a necessidade de aprofundar as coisas, de vê-las como realmente são.” (LISPECTOR, 2001. p.1), ou seja, assim se sustenta a importância do sentido e o prazer de compreender o ato da alfabetização.

2.3 Formação de professores e inclusão

A Educação Inclusiva está exposta na legislação e é de grande valia que seja executada, porque a “educação é para todos”, independente de classe e raça, incluindo e adequando os alunos com necessidades especiais.

Algum tempo atrás, era muito difícil encontrar vagas em salas comuns para os alunos com algum tipo de deficiência, hoje em dia, depois de muitos esforços, as leis incluem esses discentes com necessidades especiais.

É possível adequar uma aula inclusiva onde todos os alunos possam participar, para isso é necessário pedagogos com um bom embasamento sobre a inclusão, auxílio em sala de aula, coordenação pedagógica ativa e uma quantidade adequada de estudantes em sala.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (MANTOAN, 2003, p. 54).

Tendo em vista a inclusão, o pedagogo necessita estar apto para desenvolver práticas pedagógicas, que consiga integrar todos os discentes. A relevância de estabelecer e estruturar o processo de ensino e aprendizagem surge como mais um desafio, sabe-se que a complexidade percorrida ao longo da construção do conhecimento.

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas, a organização e o processo de transmissão e assimilação ativa de saberes e modo de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2002, p. 52).

É de conhecimento geral que, no processo de formação de professores no Brasil, observa-se muitas das vezes, um distanciamento significativo entre o que é ensinado nas Universidades e Centros de Universitários e o que é vivenciado nos ambientes educativos. “Precisamente porque, na área da educação, não se mede o suficiente o desvio astronômico entre o que é prescrito e o que é viável nas condições efetivas do trabalho docente”. (PERRENOUD; GATHER; MACEDO, 2002, p.17). Constata-se ainda, a surpresa dos docentes ao verificarem tal contraste evidenciado na atuação prática.

Durante a formação do professor, é preciso levar em consideração a oferta de vivências práticas para que esta possa ser confrontada com os aportes teóricos, proporcionando assim uma visão global.

A formação de professores deveria ser orientada para uma aprendizagem por problemas para que os estudantes se confrontassem com a experiência da sala de aula e trabalhassem a partir das suas observações, surpresas, sucessos e fracassos, medos e alegrias, bem como de suas dificuldades para controlar os processos de aprendizagem e as dinâmicas de grupos ou os comportamentos de alguns alunos. (PERRENOUD; GATHER; MACEDO, 2002, p.22).

Desta forma, estabelecer uma comunhão entre teoria e prática é um passo que necessita ser levado em consideração na formação dos professores.

Logo, é perceptível que o conhecimento por parte do professor dessa pluralidade de métodos, só tem a contribuir em sua prática pedagógica. O desempenho do professor diante

desta dificuldade de aprendizagem, a falta de informação por parte dos professores a respeito da dislexia os impede no auxílio aos seus alunos que sofrem com alguma dificuldade, podemos ressaltar que o docente não precisa ser experiente na área, no entanto, é de suma importância que este assunto não seja ignorado por ele, pois “o desconhecimento e a falta de preparo por parte dos profissionais é o maior obstáculo para a criança disléxica” (TOPCZEWSKI, 2010, p.31).

Compreendemos que não é simples ensinar crianças que são apontadas como “típicas”, ao mesmo tempo em que em uma mesma classe encontram-se crianças com necessidades de aprendizagem, todos os professores precisam entender que nenhum aluno vai ser igual a outro, pelo contrário, cada um desenvolve um andamento específico para aprender. Infelizmente, estamos numa realidade onde o professor reprime-se a ensinar apenas os mais favorecidos de conhecimentos, e acaba por desmerecer aqueles que apresentam alguma dificuldade, ou um desempenho abaixo do esperado.

Na educação infantil sabemos que os cuidados são fundamentais e amplos no desenvolvimento global da criança, o que remete na rotina pedagógica o desafio de criar e organizar projetos e planos que promovam a inclusão de todas as crianças. A educação se torna complexa ao promovê-la, é aprender a ensinar de acordo com a necessidade de cada aluno, é propor oportunidades e possibilidades para que adquira conhecimentos, habilidades e competências e que tenha seu lugar na sociedade como um ser pensante, crítico e com seus direitos assegurados, que exige do profissional que atua na área da educação e em sala de aula, a necessidade de constante preparo e aperfeiçoamento. Quando a instituição recebe indivíduos com necessidades especializadas, ela reconhece e busca assim subsídios para um desenvolver diferente, enriquecendo seu conhecimento do processo educacional e a inclusão se torna indissociável para a educação.

Cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção significativa pautada nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. (ROCHA, 2017, p. 38).

Cada criança que chega à educação infantil traz com ela histórias e costumes pessoais diferentes entre si, diante dessa pluralidade é preciso que se tenha cuidado e assumir que todos têm suas peculiaridades e modo de participar e aproveitar cada detalhe para se obter o entendimento de ensinar e aprender.

Na sala de aula o professor deve ter o reconhecimento das adversidades, está atento a identificação dos desafios e obstáculos que de alguma maneira sejam contornadas para não acontecer a exclusão de algum indivíduo, ensinar a todos de independentemente de suas características mentais, intelectuais, físicas, gêneros e entre outras características, de modo que não permita que ninguém fique de fora do aprendizado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem fazendo a total diferença, contribuindo impulsionando o desenvolvimento da educação, fazendo com que o ensino tenha mais qualidade.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa apresentada se enquadra na exploratória, na qual visa identificar o fenômeno da dislexia e apresentar as possibilidades e presunções. Averiguando e realizando levantamentos bibliográficos a fim de explicitar o problema apresentado “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p.43).

Esse tipo de pesquisa pretende relacionar todo o conteúdo, e dando ênfase ao diálogo entre os autores e o ponto de vista do pesquisador, apresentando hipóteses e circunstâncias.

[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51-52).

Partindo do interesse de averiguar o nível de conhecimento acerca dos transtornos de aprendizagem, em específico a dislexia, optou-se quanto aos objetivos, pela pesquisa explicativa, visando uma melhor aproximação com a realidade da temática proposta.

Tendo em vista, as metodologias que possam favorecer o trabalho de aquisição da linguagem de alunos disléxicos:

[...] pesquisas explicativas como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. (GIL, 2002, p.42).

Quanto aos procedimentos técnicos, essa é uma pesquisa de campo, conforme Lakatos e Marconi (2003, p.185) que tem como objetivo conseguir informações e conhecimento acerca da problemática estudada, a fim de se conseguir possíveis respostas.

A pesquisa bibliográfica consiste em buscar fundamentos que norteiam sobre todo o contexto no nosso trabalho, proporcionando assim subsídios para o conhecimento, facilitando a investigação. Tem como finalidade mostrar uma amplitude sobre o assunto pesquisado.

A bibliografia pertinente "Oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente" (MANZO,1971: 32 *apud* MARCONI E LAKATOS, 2012: 44).

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122).

A pesquisa refere-se na qualitativa, onde busca compreender e explicar alguma qualidade ou característica da pesquisa de coleta de dados.

[...] a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 17).

Portanto, neste método procura-se entender o objeto como um todo fazendo com que chegue ao objetivo total dando ênfase ao fenômeno que está sendo estudado.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa teve como locus um Centro Universitário privado de Fortaleza, fundada em 2002. A instituição conta com uma grande estrutura, com salas amplas e climatizadas, quadra poliesportiva, e um enorme incentivo a prática esportiva, conta também com uma biblioteca e uma brinquedoteca na qual os discentes de pedagogia utilizam nas aplicações práticas.

A fim de alcançar o propósito inicial dessa pesquisa, ou seja, investigar a compreensão dos alunos de Pedagogia sobre transtornos de aprendizagem, especificamente dislexia, optou-se como local de pesquisa a instituição supracitada, localizada na grande Messejana.

O principal motivo para escolha da referida IES foi a oferta do curso de Pedagogia e o crescente aumento de casos de transtornos de aprendizagem, dos mais variados no entorno, os quais demandam conhecimento por parte dos concludentes.

3.3 Participantes da pesquisa

Os sujeitos participantes da entrevista foram cinco alunos que fazem parte do curso de licenciatura em Pedagogia, uma professora especialista em educação inclusiva, efetiva do município de Fortaleza e a professora da Disciplina de Educação Inclusiva de uma IES. Os estudantes foram escolhidos por serem alunos concludentes e já haverem cursado a disciplina que trata do tema desta pesquisa. A entrevista contou com o professor responsável pela disciplina de educação inclusiva da universidade e também com a colaboradora responsável pela célula do AEE (atendimento educacional especializado) do distrito de Fortaleza.

3.4 Coleta de dados

Quanto aos métodos empregados na coleta e análise de dados, essa pesquisa se classifica como qualitativa quanto à natureza dos dados, pois busca-se compreender a realidade pela ótica dos sujeitos, no caso, graduando em pedagogia, uma colaboradora responsável pela célula do AEE e uma professora da disciplina de educação inclusiva. Essa pesquisa se constitui de campo, no que se refere ao ambiente onde os dados serão coletados (GIL, 2010).

A coleta se deu por meio de entrevistas com discentes de pedagogia. Essas entrevistas foram compostas por perguntas, com a finalidade de levantar dados a respeito, do conhecimento do transtorno de dislexia e as metodologias utilizadas para efetivação da alfabetização e letramento desses alunos disléxicos. Um professor responsável pela disciplina de educação inclusiva da universidade e a colaboradora responsável pela célula do AEE do distrito de Fortaleza, foram organizadas de forma semiestruturada, nos termos colocados por Minayo (2013), ou seja, combinando perguntas abertas, dando aos entrevistados possibilidade de falar livremente sobre o tema pesquisado.

3.5 Aspectos éticos

A referida pesquisa foi realizada respeitando aspectos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos. Os sujeitos do estudo assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido,

onde são explicados os objetivos do estudo, os riscos e benefícios, além da participação voluntária e não remunerada e preservação da identidade deles. Além disso, foi solicitado ao responsável técnico da instituição onde o estudo aconteceu a assinatura do Termo de Anuência Institucional, contendo a autorização expressa do mesmo para a realização da pesquisa.

Quanto aos riscos deste estudo, consideramos serem mínimos. Não haverá nenhum procedimento invasivo à privacidade dos entrevistados. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa (professores) ocorrerão em local fechado e reservado. Os entrevistados poderão, a qualquer momento, optar em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sintam constrangidos.

Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados resultados positivos a respeito da ampliação do conhecimento do processo de alfabetização de alunos disléxicos do ensino regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com cinco alunos do curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior privada de Fortaleza. Foi utilizado como critério que eles tivessem cursado a disciplina de educação Inclusiva. Foram realizadas quatro perguntas abertas com o objetivo de se chegar ao propósito da temática pesquisada. As entrevistas aconteceram de forma síncrona por meio de plataformas virtuais. Dentre os cinco participantes, três já atuaram ou atuam diretamente com crianças com algum transtorno de aprendizagem. Os participantes receberam nomes fictícios com o intuito de preservar sua imagem. Nenhum dos participantes teve acesso prévio às perguntas da entrevista.

Com o desejo de relacionar as demandas da sociedade em relação à educação e os conteúdos pertinentes abordados nos processos formativos dos pedagogos, mais especificamente os transtornos de aprendizagem, entrevistamos uma profissional da rede pública municipal, que trabalha em uma célula de educação voltada especificamente para os alunos com necessidades especiais. Somado a isso, entrevistamos ainda, uma professora responsável pela disciplina de Educação inclusiva de uma IES particular.

Inicialmente, solicitamos que os alunos definissem o que são Transtorno de Aprendizagem. Maria e Gustavo definem respectivamente, Transtorno de aprendizagem como:

[...] são as peculiaridades individuais que as crianças têm de aprendizado, são especificidades, nós não podemos igualar porque são diversas, mas que quando existem devem ser trabalhadas, estudadas e investigadas para que a criança progrida. De modo geral são as dificuldades e peculiaridades que as crianças e os pré-adolescentes apresentam mediante as disciplinas ministradas pelos professores. (MARIA, 2022).

[...] transtorno é alguma dificuldade que a criança tenha por uma questão do desenvolvimento dela que impeça o seu desenvolvimento de forma correta digamos assim o processo de amadurecimento cognitivo, processo amadurecimento do autocuidado, da parte da linguagem que são fatores fundamentais no desenvolvimento normal de uma criança e que afetam não apenas a aprendizagem, mas toda a vida da criança [...]. [...] transtorno de aprendizagem é todo e qualquer dificuldade que a criança apresente que ultrapasse a normalidade, porque inicialmente uma criança ela vai ter certas dificuldades para aprender porque é algo novo que ela não conhece mas ela vai conseguir ali desenvolver a habilidade de forma natural normal com esforço normal que uma criança pode fazer, quando existe um transtorno existe uma perturbação nesse processo que está além da habilidade da criança de conseguir lidar, estar além do controle dela, por exemplo a criança dentro do espectro do autismo é algo que está fora do controle dela, ela não consegue se concentrar ela não consegue manter a atenção por um problema de base mais sério e que afeta profundamente dependendo do quadro no processo de aprendizagem. (GUSTAVO, 2022).

Na fala de Maria, observa-se que ela relaciona transtorno com dificuldades de aprendizagem, associando essas dificuldades ao público infantil e pré-adolescente frente às disciplinas escolares. Por sua vez, de início, Gustavo assim como Maria, associa também transtorno de aprendizagem com dificuldade de aprendizagem. Entretanto, ao longo da fala de Gustavo, percebe-se que ele difere de Maria, quando ampara sua definição a um padrão de normalidade, pontuando que qualquer dificuldade que fuja deste padrão possa ser entendida como transtorno de aprendizagem, ele adiciona uma nova característica na definição, ao destacar que o transtorno de aprendizagem afeta outras áreas da vida do indivíduo, não só a aprendizagem.

Paula (2022) foi bem objetiva em sua resposta, definindo da seguinte forma “[..] são crianças que apresentam dificuldade no seu desenvolvimento, tanto físico ou intelectual [...]”.

Márcia conceitua da seguinte forma:

Os transtornos de aprendizagem não é algo que a criança quer portar, mas sim que a criança carrega com ela[.]. Os transtornos de aprendizagem são distúrbios como todos nós sabemos, que vai afetar na criança sim! Ela vai precisar de uma ajuda maior, uma característica maior que que a gente esteja perto. E pela dificuldade na interação deles, costumam aparecer ainda quando criança, normalmente desenvolve. Quando a mãe aceita é mais fácil de trabalhar, quando a mãe não aceita, é mais difícil. (MÁRCIA, 2022).

A resposta da participante Márcia foi copiada (parcialmente ou integralmente) de fonte da internet, o que nos permite afirmar que a entrevistada desconhece por si mesmo o que seja o objetivo da pergunta. Tal fato permite, ainda, afirmarmos que o conteúdo em análise não foi internalizado pela estudante.

Esse transtorno de aprendizagem, eu posso dizer que eu meio já passei por isso, porque eu tenho TDAH e eu tive essa dificuldade, passei por esse transtorno. Eu vim aprender a ler, tive dificuldade de trocar as letras. Ler, ler mesmo, eu vim ler no terceiro ano que agora é do fundamental, e esse transtorno de aprendizagem é muito complicado, dificulta muito a nossa aprendizagem, eu tive muito problema. Interpretação de texto e matemática eu sempre tirava nota baixa, no meu tempo nunca consegui identificar, meio que foi mais tarde, por conta que não tinha esse diagnóstico meio que precoce. Porque antes, antigamente era meio tardio, hoje em dia acontece mais cedo, isso ajuda muito os alunos. (RITA, 2022).

Na tentativa de definir Transtorno de Aprendizagem, Rita expõe as dificuldades enfrentadas na infância, por possuir Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Destaca ainda a importância de um diagnóstico precoce.

A segunda pergunta realizada foi a seguinte: Com base no que você estudou na disciplina Educação Inclusiva, o que você sabe sobre dislexia?

Márcia descreve dislexia como sendo uma dificuldade apresentada pelo sujeito no processamento de informações de modo geral, alega ainda a necessidade da realização de intervenções de natureza clínica.

[...] é uma determinada dificuldade que a criança tem de processamento das informações, onde o que o professor passa em suas aulas não é compreendido de forma total e em muitas vezes, nem parcial. É um transtorno em que a criança tem grande dificuldade de absorver aquilo que está sendo passado e deve ser trabalhado de forma clínica. (MARIA, 2022).

Diferente de Márcia, Paula não consegue exteriorizar algum conhecimento mais específico sobre dislexia, precisando recorrer a outros transtornos na tentativa de caracterizar a dislexia.

Não sei te informar agora, não. O que eu sei é que são crianças que apresentam desatenção, apresentam alguma dificuldade no desenvolvimento delas na escola, desatenção, essas coisas. Estou focada muito no TDH essas coisas e no autismo. (PAULA, 2022).

Rita recorre às experiências vivenciadas para definir o que vem a ser dislexia. Nota-se em sua fala que ela relaciona dislexia com a troca de letras, assim como também na dificuldade fonemas com determinados grafemas.

A dislexia, quando a pessoa tem, acho que ela tem vergonha de sofrer preconceitos, sabe? Às vezes eu deixo de escrever certas palavras com medo de errar, e se eu errar as pessoas irão dizer assim: Não sabe escrever ou é burra, alguma coisa assim. Mas só que não é porque eu quero, porque eu tenho essa dificuldade de diferenciar os sons dessas duas letras. Eu já passei um fato quando eu estudava, a professora me chamou pra lousa, aí eu troquei a letra. Por conta que eu tinha essa dificuldade e professora não identificou, e nesse tempo eu não fazia terapia, eu não fazia nada, eu troquei e a professora me chamou de burra, isso me deixou meio insegura em relação a escrever. Às vezes preciso pensar bem antes, antes de falar e de escrever. Eu trocava o “S” pelo “C” [...]. (RITA, 2022).

Outro ponto ressaltado por Rita é o preconceito enfrentado e o receio que ela possui em escrever determinadas palavras, por segundo, ela ter passado por tal dificuldade.

Em consonância com a fala de Rita, Daiana, professora da disciplina de Educação inclusiva, ao ser questionada sobre as características que um professor deve saber para identificar um aluno disléxico, pontua:

O aluno disléxico apresenta dificuldades na leitura, na junção das sílabas, no entendimento e muitas vezes quando o professor pede para ele realizar alguma atividade na frente dos colegas, sente vergonha, fica desestimulado, a aprendizagem acontece aos poucos e normalmente fica um pouco atrás dos colegas de mesma idade, mas outras vezes prefere falar com o professor do que escrever ou se manifestar em público. Às vezes é tímido e outras vezes “bagunça” a sala querendo desviar a atenção. O professor deve ficar atento ao seu comportamento com as outras crianças e se comunicar com a coordenação da escola e a escola com a família para que possam juntos ajudar a criança. (DAIANA, 2022).

Nas falas de Rita e Daiana fica explícita a dimensão do alcance da dislexia, afetando não só a aprendizagem do ser, mas também a autoestima do aluno. Muitas das vezes o aluno por sentir-se envergonhado procura, na realização de bagunça na sala de aula, redirecionar os olhares dos demais, facilitando assim possíveis rotulações.

Gustavo, contrário à Paula, consegue discorrer com mais detalhes sobre a conceituação da dislexia e suas implicações.

[...] é um transtorno de aprendizagem em que a criança, o estudante, não consegue processar, decodificar as letras de forma correta. Ela tem dificuldade de identificar as letras, ela troca muitas vezes as letras, ela escreve as letras espelhadas, elas têm dificuldade em relacionar o fonema com grafema ou o grafema com fonema. [...] se a criança não consegue reconhecer o som ela não vai reconhecer a letra, por consequência ela não vai conseguir identificar uma palavra corretamente, não vai conseguir escrever uma palavra corretamente, o processo de alfabetização vai ficar prejudicado e aí é uma reação em cadeia. Se ela não é alfabetizada a contento a leitura dela, vai ficar prejudicada a compreensão textual e a compreensão de tudo o que ela precisa é a partir da leitura e da escrita vai ficar prejudicada. Aí no caso eu misturei dislexia com disgrafia acredito que uma coisa está atrelada a outra. São tanto a questão do aprendizado da leitura quanto da escrita são muito próximos, eles têm inter-relação, são inter independentes, então se a dislexia está presente vai afetar na parte escrita também. (GUSTAVO, 2022).

No diálogo de Gustavo, é perceptível a coerência que ele consegue estabelecer sobre dislexia. Ele ressalta não só a fragilidade apresentada pelo sujeito na hora de relacionar fonemas e grafemas, como também apresenta uma relação com a disgrafia e a dificuldade de compreensão apresentada pelo aluno disléxico.

A dislexia, ela dificulta o aprendizado da leitura e escrita, ele tem uma parte das crianças trocarem as letras, não é? O /B/ com /P/, /F/ com o /V/. E tipo, eu acho que não afeta o consciente inteligente dele, o QI não é afetado, mas ele se atrapalha na hora da leitura na hora da escrita então pra mim vai variando para a criança entendeu? Tem criança que ela sabe logo, ela diz que aquilo ali é uma VACA, mas na hora de transcrever, transcreve FACA. Então pra mim, isso é Dislexia. (MÁRCIA, 2022).

Márcia, mais uma vez, recorre a fontes de internet para embasar sua definição a respeito da dislexia, revelando falta de conhecimento para montar seu próprio argumento quanto à problemática.

A terceira questão refere-se a como o professor da disciplina de Educação inclusiva abordou o tema dislexia em sala de aula.

Maria, em sua resposta, deixa evidente a necessidade de trabalhar os transtornos de aprendizagem, dentre eles a dislexia, na graduação de Pedagogia de forma mais profunda, assim como enfatiza o dever do graduando na busca por estudos complementares:

[...] eles sempre trabalham os textos da apostila, slides e a questão das aulas expositivas. A professora trouxe alguns autores pra gente trabalhar, confesso que não estou lembrando bem o nome do autor em que citava os pontos mais específicos dessa questão, sempre de forma expositiva e sempre de forma explicativa. De forma superficial, cada uma dessas especificidades da dislexia, foi falado também do autismo que é um tema muito atual, TDAH. Mas não de

forma muito abrangente, porque um semestre não é suficiente para a gente aprofundar nesses temas que são tão importantes, então cabe ao professor buscar estudos paralelos e posteriores. (Maria, 2022).

Ele abordou, tanto em explicação, como por meio de trabalhos e os alunos apresentavam, o professor passava leitura pra gente e também por meio de trabalhos, cada aluno levava a temática e teve um grupo que levou a temática de dislexia e apresentou as causas, como ocorre e como seria um possível tratamento. (PAULA, 2022).

O professor abordou o tema dislexia, ele abordou dividindo em seminários, os alunos tinham que apresentar os seminários explicando. Teve dislexia e autismo, e os alunos iam explicando em forma de seminário, tinha um texto para ler na apostila, com base no texto da apostila os alunos iam explicar em cima daquele texto. (RITA, 2022).

Na época a gente fez a disciplina online por conta da pandemia, assim honestamente eu não me lembro da aula sobre dislexia mas eu acredito que fazia parte da ementa da disciplina, eu lembro com mais clareza da questão da cegueira que até teve para o seminário que a gente teve que apresentar o trabalho, teve que apresentar seminários eu lembro que teve gente que falou sobre a questão da cegueira, mais da dislexia em si eu não lembro, acredito que tenha sido um dos temas abordados mas, eu não lembro. (GUSTAVO, 2022).

O professor abordou Dislexia em um trabalho, onde ele pediu a sala para cada pessoa explicar um pouco da dislexia, assim cada pessoa da equipe. A minha equipe foi sobre o Down, e as meninas explicaram sobre dislexia. Então elas explicaram a dislexia desde o começo até os dias de hoje. (MÁRCIA, 2022).

De acordo com quatro dos entrevistados, o professor da disciplina de Educação inclusiva abordou a temática da dislexia através da leitura de textos da apostila da disciplina. Recorreu, também, à apresentação de trabalhos em forma de seminários, tendo como temática diversos transtornos, nos quais estava incluso a dislexia. Gustavo, afirma o mesmo que os outros quanto a forma metodológica do professor da disciplina, entretanto, declara não recordar se a dislexia era um dos temas trabalhados.

É possível perceber que, mesmo de forma superficial, os estudos sobre transtornos de aprendizagem estão sendo inseridos no cenário acadêmico.

Em nossa última pergunta os entrevistados foram questionados sobre como o curso de Pedagogia poderia acrescentar algo a mais sobre esse assunto (dislexia)?

Eu advogo a ideia de que o curso poderia ter momentos práticos além dos estágios, onde poderia nos levar a espaços com crianças com essas especificidades para que nós saíssemos um pouco da teoria de sala de aula que

não deixa de ser importante, no entanto, o momento prático ele agregaria muito mais conhecimento. Porque seria de forma muito mais intuitiva e muito mais dinâmica o aprendizado de como lidar com essas crianças. Claro, todos os professores são excelentes e são muito bem preparados, mas o momento da dinâmica da prática ele deixa a desejar, então acredito que o momento da prática seria muito mais proveitoso, além do estágio I, II e III. Eu acredito que nós deveríamos ter momentos de uma imersão mais clínica, não só clínica, mas de outros aspectos sociais que também a pedagogia aborda de forma peculiar voltada ao convívio com essas crianças. (MARIA, 2022).

Maria salienta a necessidade do estabelecimento de um diálogo maior entre teoria e prática, principalmente no que se refere aos transtornos de aprendizagem, enfatiza ainda uma abordagem mais clínica.

[...] tendo mais conversas e levando os alunos a prática, porque a gente vê muito no teórico. Levando a gente para prática, um tipo de estágio em alguma escola inclusiva, uma escola como AEE levaria a gente pra lá fazer estágio lá. Pra gente vê isso na prática e sair um pouco do teórico. (PAULA, 2022).

Paula compactua com a mesma percepção de Maria, quando evidencia a importância de ir a campo. Ela levanta a pauta de se desenvolver um estágio supervisionado dentro de escolas inclusivas e até mesmo no Apoio Educacional Especializado (AEE).

[...] a faculdade deveria pegar alguns exemplos mostrando a prática, sabe? Como é isso na sala de aula, que mostra a gente, tipo em um colégio público, levar a gente até o pessoal do AEE que tem contato com isso, pra gente poder está por dentro, é muito diferente a gente lendo na apostila, para praticar na sala de aula, para o dia-a-dia na sala de aula. A gente vê muito isso durante nosso estágio, principalmente o estágio do fundamental, agora estou no fundamental do primeiro ano e tem crianças com esse tipo de transtorno. E você fica meio assim de intervir e fazer alguma coisa, porque você não tem prática na sala de aula. Você sabe que é diferente a teoria com a prática, precisamos ver mais na prática como é isso. (RITA, 2022).

Rita manifesta que seria importante à vivência dos alunos do curso de Pedagogia em ambientes como o AEE, citado anteriormente pelos outros entrevistados. Ela afirma que é necessário para melhor aproveitamento da disciplina, que os graduandos passem por experiências diretas com alunos com transtornos.

[...] assim já tem a disciplina já é um passo, porque é um momento em que a gente tem algum contato. Para muitas pessoas pode ser um primeiro contato ou uma forma de aprofundar um contato que alguém já tenha[...]. [...] promover, por exemplo, debates, rodas de conversa, fórum nos encontros é para tratar sobre esse assunto não apenas ficando restrito a disciplina em si. Isso não só para a questão da dos transtornos de aprendizagem, mas para outros assuntos pertinentes a questão da educação trazendo o que as

evidências científicas têm apontado, o que tem sido estudado e mostrado como causa desses transtornos, em específico para dislexia e trazendo também abordagens que nos ajudem na nossa formação como pedagogos e como fazer uma intervenção com qualidade, é óbvio que nós temos a responsabilidade como estudantes e pesquisadores, enfim, de procurar de forma autônoma, sobre esses assuntos para a nossa prática profissional para nossa formação profissional e também para nossa formação pessoal mas a faculdade dando um norte falando sobre isso promovendo especialmente nessa época em que a utilização das ferramentas digitais como as plataformas digitais, né? Que dentro do curso de pedagogia, que a gente tenha algo que uma abordagem mais aprofundada sobre o desenvolvimento infantil, porque assim, quando a gente entende como é que tem que ser o processo natural sem nenhum transtorno sem nenhuma dificuldade (processo natural), em cada etapa e em cada fase mostrar isso, e mostrar todas as abordagens pedagógicas que são pertinentes, para que a gente conheça e a gente não fique restrito somente por exemplo: ao Piaget, Wallon e Vygotsky, existem outras abordagens, outros teóricos que a gente precisa conhecer também. E essa questão do desenvolvimento infantil é fundamental porque a gente tendo essa compreensão fica mais fácil a gente entender lá na frente o transtorno de aprendizagem como a dislexia, por exemplo, porque nós vamos ter pelo menos a noção a nível neurológico e a nível biológico o que acontece no funcionamento do cérebro, o que que atrapalha, onde pode estar os focos do problema e como fazer uma intervenção de forma mais acertada, porque assim quando a gente fala de desenvolvimento infantil tempo é ouro. O tempo que uma criança passa sem receber uma intervenção, sem receber uma ajuda é de um prejuízo enorme para ela e para recuperar isso depois é muito mais complicado então se a gente como pedagogos já tem essa base, colocar essa maleta de ferramentas com a gente, não que a gente assuma agora um papel que não é o nosso, ou de um pediatra, não é isso. (GUSTAVO, 2022).

Gustavo destaca que já foi dado um passo ao existir uma disciplina no curso voltada para a temática. Ele ressalta ainda a importância de promover debates, fóruns, rodas de conversas que abordem a temática estudada, que não fique limitado somente à disciplina, mas perpassa outras dimensões dentro da formação acadêmica. Gustavo enfatiza ainda, a necessidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento infantil, assim como também ter contato com outras abordagens e teóricos com a intenção de desenvolver uma intervenção mais efetiva e precisa nesses alunos.

Ao contrário dos demais entrevistados, observa-se na fala de Gustavo o foco dado para teoria de uma forma mais direcionada, menos superficial, destacando-se também a importância de troca e compartilhamento de experiências na graduação.

Acredito que diminuindo a disciplina de PPP, e botando mais da de educação inclusiva. Por que uma disciplina para 6 meses não tem condições, é muito transtorno, é muita coisa para a gente ver em 6 meses. Então vai ter umas que vão se destacar, mas vai ter outras que a gente não vai ver, vai ver só na

formação continuada na Psicopedagogia ou neuropsicopedagogia e assim a gente vai descobrindo cada coisa. (MÁRCIA, 2022).

Márcia acredita na possibilidade de retirar determinadas disciplinas da ementa do curso para aumentar a carga horária da disciplina de educação inclusiva. Ela pensa que tal modificação seja crucial para a realização de um estudo mais profundo.

Questionamos, também, Catarina, professora especialista em inclusão e professora efetiva da Prefeitura de Fortaleza, a respeito de seu entendimento sobre Transtornos de aprendizagem. Ela conceitua da seguinte forma: “São transtornos que causam discrepâncias entre os níveis reais de desempenho escolar e o potencial de cada indivíduo, assim como as possibilidades e habilidades intelectuais de cada pessoa.” (CATARINA, 2022).

Contrário aos alunos entrevistados, Catarina aborda transtornos de aprendizagem não como toda dificuldade, mas como um desnivelamento entre o desempenho do aluno na escola e sua capacidade e habilidades intelectuais. Quanto ao gerenciamento da gestão pedagógica em caso de alunos com transtornos de aprendizagem, Catarina afirma:

Primeiro conhecer os alunos, perceber essas possíveis dificuldades, conversar com a família para que, em parceria, possam ser pensadas estratégias de desenvolvimento e tratamento dessas dificuldades junto aos profissionais capacitados para isso. (CATARINA, 2022).

Além da parceria que deve ser estabelecida com a família, Catarina ressalta a importância da identificação dos segmentos afetados no aluno, com o intuito de desenvolver estratégias para o tratamento. Ao citar profissionais capacitados, pensa-se em uma equipe multidisciplinar, na qual o professor está incluso e tem total relevância dentro desse processo. A fala de Catarina fundamenta a de Gustavo, quando ele afirma anteriormente a importância do pedagogo ter um conhecimento mais aprofundado sobre o desenvolvimento infantil.

Quando perguntada sobre quais os casos de transtornos de aprendizagem mais encontrados, ela cita: “TEA - Transtorno do Espectro Autista; TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade; DI - Deficiência Intelectual, Síndrome de Down.” (CATARINA, 2022).

Sua fala expõe de certa forma, a demanda existente em relação aos transtornos de aprendizagem nas escolas, revelando assim, a necessidade de tal temática ser abordada de forma mais efetiva nos cursos de formação de professores. Sua resposta levanta uma questão interessante: a Dislexia não foi citada por não ser um transtorno que esteja presente nas escolas

ou o motivo é a falta de conhecimento acerca da dislexia, dificultando assim o diagnóstico precoce e o estabelecimento de estratégias necessárias?

Perguntamos a Catarina como deve ser realizada a capacitação (formação continuada) dos professores sobre transtorno de aprendizagem, especificamente a dislexia. Segundo Catarina:

[...] o princípio de uma formação continuada para professores deve ser baseado na sensibilização, na aceitação das diferenças, no conhecimento desses transtornos e na valorização das potencialidades desses indivíduos. Uma formação precisa levar o professor a refletir sua prática e querer transformá-la, não porque o aluno é deficiente, mas porque inclusão é um direito de todos. (CATARINA, 2022).

Mais uma vez, estabelece a necessidade de conhecimento no que concerne aos transtornos. Ressalta ainda, o desenvolvimento da sensibilidade do professor e o entendimento que o aluno é um ser ímpar. Catarina revela que a formação deve desenvolver no professor uma característica reflexiva, mas tal reflexão deve ser encaminhada a transformação de sua prática pedagógica, corroborando com o que Rocha fala:

Cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção significativa pautada nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. (ROCHA, 2017, p. 38).

A respeito das contribuições que o professor deve dar frente às demandas de alunos com transtorno de aprendizagem, Catarina afirma que:

A priori, compreender seus alunos como seres heterogêneos. Basear-se no princípio da equidade e buscar garantir que cada um possa desenvolver suas potencialidades, respeitando os processos de maturação de cada indivíduo, seus avanços e suas dificuldades, compreender que essas dificuldades não são determinantes de incapacidade evolutiva, cada um tem um tempo, um modo, uma perspectiva. O professor precisa estudar e evidenciar em cada aluno maneiras de aprendizagens distintas, respeitando as particularidades e a jornada do coletivo. (CATARINA, 2022).

É preciso abandonar essa visão culturalmente estabelecida de padronização dos alunos, levando em consideração a heterogeneidade inerente aos sujeitos, buscando formas distintas de

ensino com o objetivo de contemplar as maneiras distintas de aprendizagem. Vale ressaltar que, ao afirmar que cada indivíduo tem seu tempo e que os processos maturacionais devem ser respeitados, os problemas não devem ser utilizados como forma de pretexto para encobrir práticas pedagógicas ineficazes.

Quando perguntada, a respeito especificamente da dislexia, como a escola deve agir no campo didático-pedagógico para ajudar na superação do problema. Ela argumenta que:

Ao ser percebido e comprovado, cabe ao campo didático- pedagógico traçar estratégias e intervenções educacionais, incluindo instruções diretas ou indiretas quanto às habilidades de reconhecimento de palavras ou componentes. Segundo Stephen Bryan Sulkes, as Instruções diretas incluem o ensino de habilidades fonéticas específicas separadas de outras instruções sobre a leitura. Instruções indiretas incluem integração de habilidades fonéticas incluídas nos programas de leitura. As instruções podem ensinar a leitura da palavra como um todo ou abordagem da linguagem global, ou seguindo uma hierarquia de habilidades da unidade fonética, para a palavra e para a sentença. São recomendadas as abordagens multissensoriais, que incluem o aprendizado da palavra toda e procedimentos de integração visual, auditiva, e discernimento, para entender o som, a palavra e a sentença. As instruções de composições de destreza consistem em ensinar à criança a combinar sons para formar a palavra, segmentos da palavra em partes da palavra e identificar as posições dos sons nas palavras. As habilidades de composição para compreensão da leitura incluem identificação da ideia principal, responder perguntas, isolar fatos e detalhes e dedução da leitura. Muitas crianças se beneficiam com o uso do computador para ajudar a isolar palavras dentro de textos ou processando a palavra escrita. Estratégias compensatórias, como o uso de audiobooks e anotações utilizando um gravador digital, podem ajudar as crianças nas séries do ensino fundamental posterior a dominar o conteúdo e, ao mesmo tempo, continuar a construir habilidades de leitura. Tratamentos como treinamentos optométrico, perceptuais e de integração auditiva, e fármacos, não foram aprovados e não são recomendados. (CATARINA, 2022).

Por se tratar de um transtorno, as necessidades não são transitórias, então se faz indispensável o estabelecimento de estratégias para que o aluno disléxico possa avançar em seus estudos com o menor prejuízo possível, desta forma faz-se crucial o conhecimento do professor no que se refere à dislexia.

Perguntamos Daiana, que métodos poderiam auxiliar no processo de educação de alunos disléxicos. Ela afirma que:

No primeiro momento, provavelmente o professor deverá relembrar, dependendo da série, conteúdo que não foram assimilados e dentro de assuntos que a criança tem interesse, pode-se utilizar de revistas em quadrinhos, produção espontânea, escrita e desenhos, também sendo importante para ter uma aula de reforço. É necessário utilizar o lúdico e outras maneiras para inserir esse aluno nas atividades em sala, com os colegas, para que ele se sinta acolhido e confortável em participar, dentro dos seus limites. É importante também ser mais “aberto” nas avaliações, pois, às vezes se saem melhor explicando de outras formas. (DAIANA, 2022).

Enquanto Catarina fala no desenvolvimento de estratégias específicas para as necessidades enfrentadas pelos alunos, Daiana fala dentro de uma perspectiva de socialização, deixando a desejar quanto à necessidade específica do aluno. Em contrapartida ela expõe a necessidade de um acompanhamento complementar ao ensino regular, citando o reforço escolar como alternativa.

Em síntese, a partir das análises podemos constatar que os transtornos de aprendizagem especialmente a dislexia, é abordada na graduação em pedagogia, superficialmente, fato esse ressaltado pelos discentes. Constatou-se também, a importância da temática pesquisada, uma vez que se percebe uma crescente demanda de alunos com algum transtorno no ensino regular.

O que de certa forma, valida o anseio dos discentes quanto a oferta de estágio na área do AEE e afins, com o objetivo de através de um contato direto, desenvolvendo habilidades necessárias para sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa contribuiu para que pudéssemos refletir sobre o contexto atual, e a recorrência de casos de transtorno de aprendizagem no âmbito escolar. Nessa perspectiva, percebemos o quanto é evidente a demanda de inclusão dessas crianças nas instituições de ensino. Com base nisso, os desafios são constantemente encontrados pelos discentes, devido à escassez de conteúdos complementares e formações continuadas sobre dislexia. A LDB, inclusive, determina que a ação pedagógica inicial (1º e 2º anos) deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades de os alunos se apropriarem do sistema de escrita alfabética, articulando o desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017).

Através desta pesquisa sobre os transtornos de aprendizagem, em específico dislexia, observamos que, apesar de estar cada vez mais comum, há ausência de conteúdos que possam subsidiar o processo de ensino aprendizagem.

Os resultados obtidos da pesquisa nos proporcionaram alcançar os objetivos em que identificamos as principais dificuldades dos professores no processo de aprendizagem de crianças com dislexia, com instruções de ensino aplicadas com alunos disléxicos. Nessa perspectiva, ficou evidente ao serem questionados nas falas dos entrevistados a ausência de mecanismos e de formação na área, como principais obstáculos no segmento do processo de inclusão e a diversificação de práticas pedagógicas.

Constatamos a necessidade do aperfeiçoamento dos saberes docentes e de um bom preparo para atuar em sala de aula, pois cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além disso eles devem atuar como auxiliares na construção significativas pautadas nas possibilidades de sucesso dos alunos, sempre com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais (ROCHA, 2017).

Consideramos que, no curso de Pedagogia, existem lacunas a serem preenchidas para uma melhor formação e que há ausência de estágios supervisionados que possibilitem o contato com os transtornos de aprendizagem. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para uma melhoria para o curso de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.145, de 16 de fevereiro de 2017. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Diário Oficial da União Brasília, DF 2017.

CORREIA, L. M. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas** – Contributos para uma definição portuguesa. Coleção Impacto Educacional. Porto: Porto Editora, 2008.

CAPELLINI, S. A. NAVAS, A. L. G. P. Questões e Desafios Atuais na Área da Aprendizagem e dos Distúrbios de Leitura e Escrita. In: CAPELLINI, S. A.; ZORZI, J. L. (Orgs). **Dislexia e Outros Distúrbios da Leitura-Escrita: Letras Desafiando a Aprendizagem**. 2ª ed. São José dos Campos: Pulso, 2009.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DEFINITION of Dyslexia. **International Dyslexia Association**. Disponível em: <https://dyslexiaida.org/definition-of-dyslexia/>. Acesso em: 18, de abril. de 2022.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FONSECA, Vitor da. Dislexia, cognição e aprendizagem: uma abordagem neuropsicológica das dificuldades de aprendizagem da leitura. **Revista psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 339-356, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Ana Paula Xisto Costa; FEDATO, Renata Burgo. Alfabetização e letramento: na educação especial. In: LIMA, Ana Paula Xisto Costa; FEDATO, Renata Burgo. **Alfabetização e letramento: na educação especial**. Curitiba, Pr: Intersaberes, 2020. p. 01-269.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 43-44.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MAVICHIAN, HELEN. Volta às aulas: atenção aos transtornos de aprendizagem. **Veja Saúde**, 14 de març. de 2022. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/volta-as-aulas-atencao-aos-transtornos-de-aprendizagem/>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

ROCHA, A. B.O. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaio Pedagógicos, v.7, n.2, jul./dez. 2017.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. B. **As muitas facetas da alfabetização**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (52): 19-24, 1985.

SOUSA, F. M. A. de A. Distúrbios e dificuldades de aprendizagem: uma perspectiva de interface entre saúde e educação. In: SAMPAIO, S.; FREITAS, I. (Org.). **Transtornos de dificuldades de aprendizagem**: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2011. Cap. 1.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

THAYS, Elayne; SENA, Lara. **Dificuldades comuns de aprendizagem e problemas de “ensinagem”**. Curitiba: Contentus, 2020.

TOPCZEWSKI, Abram. **Dislexia, como lidar?** São Paulo: All Print, 2010.

Recebido em: 09/01/2023

Aprovado em: 11/03/2023